

**DOSSIÊ: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO
IBERO-AMERICANO**

**DOSSIER: IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS EDUCATIVAS EN EL CONTEXTO
IBEROAMERICANO**

**DOSSIER: IMPLEMENTATION OF EDUCATIONAL POLICIES IN THE IBERO-
AMERICAN CONTEXT**

Breyner Ricardo de OLIVEIRA¹
Ana Cristina Prado de OLIVEIRA²

RESUMO: Este dossiê reúne artigos sobre a implementação de políticas educacionais. No campo da educação, a produção voltada para a análise dos processos de implementação das políticas/programas e suas dinâmicas ainda está se consolidando e é nessa direção que esse dossiê pretende incidir, reunindo 18 artigos que apresentam diferentes abordagens, metodologias e contextos de implementação de políticas educacionais. Desses, 13 são de pesquisadoras(es) vinculadas(os) à Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE), rede que tem ativamente mobilizado o campo desde sua criação, em 2014. Os artigos articulam a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, a Administração Pública e a Educação, e discutem temáticas caras à essa agenda de pesquisa: as trajetórias, os contextos, os arranjos institucionais, as capacidades estatais, as práticas e as estratégias associadas a provisão dos bens e serviços, a atuação das(os) burocratas e das burocracias em suas diversas instâncias e os efeitos da implementação.

PALAVRAS-CHAVE: Implementação. Políticas educacionais. Burocracias. Contextos.

RESUMEN: Este número reúne artículos sobre la implementación de políticas educativas. En el campo de la educación, la producción enfocada en el análisis de los procesos de implementación de políticas/programas y sus dinámicas aún se está consolidando y es en esa dirección que este dossier pretende enfocarse, reuniendo 18 artículos que presentan diferentes enfoques, metodologías y contextos de implementación de políticas educativas. De estos, 13 son investigadores vinculados a la Red de Estudios sobre la Implementación de Políticas Públicas Educativas (REIPPE), red que moviliza activamente el campo desde su creación en 2014. Los artículos articulan Ciencias Políticas, Sociología, Antropología, Administración Pública y Educación, y discutir temas que son importantes para esta agenda de investigación: trayectorias, contextos, arreglos institucionales, capacidades estatales, prácticas y estrategias asociadas a la provisión de bienes y servicios, el desempeño de los burócratas y burocracias en sus diversas instancias y los efectos de la implementación.

PALABRAS CLAVE: Implementación. Políticas educativas. Burocracias. Contextos.

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana – MG – Brasil. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0956-4753>. E-mail: breyner.oliveira@gmail.com

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professora Adjunta do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu). Doutorado em Educação (PUC-Rio). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0367-6669>. E-mail: ana.oliveira@unirio.br

ABSTRACT: *This special issue brings together articles on the implementation of educational policies. In the field of education, the production focused on the analysis of the processes of implementation of policies/programs and their dynamics is still consolidating and it is in this direction that this dossier intends to focus, bringing together 18 articles that present different approaches, methodologies, and contexts of implementation of educational policies. Of these, 13 are researchers linked to the Network of Studies on the Implementation of Public Educational Policies (REIPPE), a network that has actively mobilized the field since its creation in 2014. The articles articulate Political Science, Sociology, Anthropology, Public Administration, and Education, and discuss themes that are important to this research agenda: trajectories, contexts, institutional arrangements, state capacities, practices, and strategies associated with the provision of goods and services, the performance of bureaucrats and bureaucracies in their various instances and the effects of implementation.*

KEYWORDS: *Implementation. Educational policies. Bureaucracies. Contexts.*

Introdução

Este número da Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação consolida e amplia as interlocuções de pesquisas sobre o a implementação de políticas educacionais. As pesquisas sobre implementação não se originaram na Educação. Aproximando-se do campo da Ciência Política e da Sociologia, os estudos sobre as políticas educacionais ainda tendem a enfatizar as demais dimensões do ciclo das políticas (agenda, formulação e avaliação) do que a implementação. É exatamente nessa lacuna que esse dossiê pretende incidir ao apresentar às leitoras e aos leitores um conjunto diverso de artigos, que reúnem pesquisadoras(es) ibero-americanas(os) interessadas(os) em analisar a temática a partir da perspectiva educacional.

Há farta literatura sobre essa temática, conjugando diferentes abordagens, metodologias e teorias. De acordo com Hill e Hupe (2014), a implementação pode ser analisada como um jogo de rodadas sucessivas, onde os papéis e recursos são negociados e os níveis de adesão ao programa político variam. Essa concepção acerca da implementação considera que o ambiente de ação das políticas públicas é totalmente instável, cheio de incertezas e contradições. Essas incertezas derivam da complexidade dos fenômenos sociais que são o alvo das políticas e das próprias limitações dos recursos e das informações que existem na realidade. Os planos são traçados no abstrato, mas, no concreto, diversas são as ocorrências cotidianas que não foram previstas anteriormente ou são impossíveis de serem antecipadas. Assim, a implementação pode ser compreendida como um processo mutável e não como algo estanque e perfeitamente controlável, definido *a priori*.

Para essa perspectiva, as políticas e os programas apenas delimitam uma parte do curso das ações e não são capazes, portanto, de controlar todos os passos, todos os protocolos, todos

os procedimentos e todos os fluxos a serem seguidos. A grande variedade de situações possíveis faz com que os agentes implementadores tenham que tomar decisões e, como tais situações não podem sempre ser previstas, o grau de discricionariedade que o agente possui na tomada de decisões é muito grande. Na implementação, como em um jogo de rodadas sucessivas e, muitas vezes imprevisíveis, a discricionariedade torna-se um fato imprescindível para o sucesso ou não da política. Assim, a implementação é interpretada como um processo multi-conectado, onde decisões fundamentais são tomadas e acabam por criar novas políticas, modificando os resultados esperados e produzindo efeitos positivos e negativos, muitas vezes também desconhecidos ou subestimados pelos(as) formuladores(as).

É por isso que, para Oliveira *et al.* (2022), o ciclo das políticas não pode ser considerado como um ciclo simples e linear, devendo ser analisado criticamente como um conjunto de dimensões entrelaçadas, formadas por redes complexas de agentes e por nós críticos. Esses nós são exatamente o ponto de encontro de todas as situações inesperadas com as metas estabelecidas na fase de formulação e com os resultados alcançados, obtidos quando esses programas são avaliados. Ao se unirem, tensões são criadas e harmonizadas quando os tomadores de decisão interferem no processo, levando as políticas à novas direções. Essas tensões são cruciais porque geram oportunidades de aprendizagem, agregando às políticas novos contornos. Essa dinâmica aumenta as curvas de aprendizagem, aprimora os processos de governança, a qualidade da decisão e, conseqüentemente, faz com que os resultados esperados se aproximem dos cotidianamente observados, nos diversos e distintos territórios onde as políticas atuam e incidem.

No Brasil, dois textos clássicos tratam dessas questões. Faria (2003) defende a urgência em se “abrir a caixa das políticas públicas”, referindo-se a esse longo momento de vida das políticas. Na mesma direção, Arretche (2001) afirmou que compreender a implementação era fundamental para que “as avaliações fossem menos ingênuas”.

Jannuzzi (2019) retoma esse caminho quando reflete sobre o dia-a-dia das políticas, destacando que os estudos sobre implementação revelam o cotidiano dos programas públicos e suas dinâmicas. Oliveira (2019) e Oliveira e Peixoto (2021) tratam dessas dimensões para o campo educacional, destacando a complexidade da implementação em instituições escolares, por meio da ação dos profissionais que atuam nesses espaços, especialmente diretores e professores, atores que mobilizam saberes, valores, crenças, experiências acumuladas e redes de interação cotidianas que modificam a trajetória das políticas educacionais e que podem, ainda, conectá-las com outras políticas.

Em grandes linhas, esses autores, ancorados na extensa literatura sobre as políticas públicas e sobre os processos de implementação, estão lançando luzes sobre uma imprevisibilidade que precisa ser incorporada e calibrada pelas(os) gestoras(es) públicas e pelas pessoas envolvidas nas cadeias decisórias de implementação: as instabilidades com que convive a implementação de programas governamentais são de extrema importância para se entender por que, muitas vezes, os governos fracassam ao tentar atingir os objetivos traçados no momento da formulação. É nesse ponto que as teorias e pesquisas sobre implementação buscam explicar porque algumas políticas “dão certo” ao passo que outras não e, para responder à essas indagações, quais são as estratégias usadas pelos tomadores de decisão e como tais estratégias influenciam o processo em si.

No campo da educação, uma rápida consulta sobre as pesquisas empreendidas informa que a maioria se fundamenta no modelo teórico metodológico do ciclo de políticas, elaborado por Ball e Bowe (1992). A intenção desse dossiê é alargar esse espectro e apresentar às leitoras e aos leitores outros referenciais teóricos e metodológicos que também possam ser mobilizados para a análise de implementação de políticas públicas educacionais. Embora esse modelo seja uma referência importante, que oferece relevantes contribuições para a compreensão das políticas públicas, interessa-nos ampliar o debate e o diálogo com outras referências, teorias, epistemologias e metodologias em outros campos e áreas do conhecimento voltadas para os estudos das políticas públicas, respondendo, concretamente, às demandas decorrentes e derivadas das evidências que as pesquisas empíricas sobre as políticas educacionais têm revelado.

Implementação de políticas no campo da educação: agendas e resultados de pesquisa

Ao propormos o dossiê, explicitamos os limites do ciclo clássico, que considera isoladamente suas fases para fins metodológicos e conceituais. Partimos de uma compreensão sistêmica que considera a necessária análise da articulação daquelas dimensões e, por isso, assumimos que os estudos sobre a implementação de políticas educacionais devem considerar as trajetórias que as políticas constroem ao longo do seu processo de implementação, a partir da sua formulação. Assim, o entrelaçamento entre a formulação, a implementação e a avaliação são fundamentais para que as políticas e os programas públicos – em especial, no caso desse número da Revista, os educacionais – sejam compreendidos transversalmente. Isso significa colocar uma lupa sobre um conjunto de elementos e dimensões que constituem o cotidiano das políticas [educacionais] nos distintos espaços onde incidem: marcos normativos, agendas,

interesses, arranjos institucionais, governança, atores, saberes, experiências, crenças, estigmas, contextos, territórios, dentre outras.

Ao avançar nessa direção, esse dossiê reúne colegas ibero-americanas(os) que têm pesquisado sobre a implementação de políticas educacionais em diferentes contextos e a partir de distintos referenciais teóricos e metodológicos. Ao todo, 36 manuscritos foram submetidos e avaliados. 18 foram selecionados para compor esse número e, desses, 13 congregam 21 pesquisadoras e pesquisadores vinculadas(os) à Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE), rede que tem ativamente mobilizado o campo desde sua criação, em 2014³. Em especial, esse grupo de trabalhos mostra a capilaridade da REIPPE, uma vez que articula diferentes instituições e regiões do país, disseminando a temática que se reflete nas agendas e nos resultados de pesquisa publicados nesse número.

Abrindo o dossiê, temos o texto "**Contextos e trajetórias para a análise de políticas públicas: aportes teóricos para o campo da educação**" de autoria de Breyner Ricardo de Oliveira, Maria Michelle Fernandes Alves e Gustavo Adolf Fichter Filho. Propondo a superação das perspectivas tradicionais que reduzem as políticas a sistemas simplificados, os autores apresentam um modelo de análise de contextos para o estudo das trajetórias de implementação de políticas públicas. Ao delinear cinco contextos entrelaçados, os autores convidam pesquisadores do campo a analisarem as trajetórias de implementação através de uma cadeia transversal, fluida e dinâmica que favoreça o adensamento e contextualização das análises empreendidas, apresentando e combinando diferentes referenciais teóricos e metodológicos.

Em seguida, temos um bloco de seis artigos que se voltam para as políticas institucionais dos sistemas educacionais e/ou para as relações intergovernamentais na implementação das políticas educacionais. O primeiro deles é "**A implementação do Proinfância sob a ótica das relações intergovernamentais**", de Yasmim Marques de Melo e Sandra Cristina Gomes. As autoras apresentam uma análise do Proinfância, um programa federal de apoio à construção e reforma de escolas de Educação Infantil, interessadas nas relações intergovernamentais, necessárias para sua implementação. O artigo traz os resultados de um estudo de caso em profundidade, realizado em Natal/RN, articulado à revisão bibliográfica. Analisando as percepções dos gestores federais e municipais, as autoras apontam os desafios típicos de implementação em um estado federativo, com destaque para a ausência de soluções coletivas e de espaços de diálogo.

³ Cf. <https://www.reippe.com/>

O segundo artigo deste grupo, escrito por Michele Pazolini e Gilda Cardoso de Araújo, tem como título "**Relações intergovernamentais na implementação do Programa Brasil Profissionalizado: o caso da Bahia**". Na mesma perspectiva do artigo anterior, Pasolini e Araújo apresentaram um estudo sobre a implementação de um Programa Federal a partir do estudo em um contexto local. A análise documental de instrumentos de pactuação aponta, de acordo com as autoras, as dificuldades na articulação entre formuladores e implementadores do Programa, especialmente a ausência de mecanismos de cooperação.

Em seguida, trazemos o artigo "**Burocracia de médio escalão e avaliação educacional: relações entre iniciativas do estado do Ceará e do governo federal**", de autoria de Maria Helena de Aguiar Bravo e Ocimar Munhoz Alavarse. Neste estudo os autores lançam luz sobre os Burocratas de Médio Escalão, responsáveis pela mediação entre a Burocracia de Alto Escalão e os Burocratas de Nível de Rua na implementação das políticas. Interessa ao estudo o papel destes agentes na articulação entre as políticas de avaliação educacional nacionais e locais no Ceará. Os dados das entrevistas realizadas com servidores do nível central e regional da secretaria de educação apontam para a valorização do princípio da equidade na análise dos dados educacionais e para uma compreensão, por parte dos entrevistados, sobre a articulação entre as políticas avaliativas.

Seguimos com Henrique Nazareth e seu artigo "**A (não) implementação de escolas charter em Goiás: uma análise da tentativa de implementação de um programa**", que registra os resultados de uma pesquisa documental a respeito dos movimentos privatizantes na educação pública brasileira. Para tanto, o autor debruça-se sobre as tentativas de implementação do Programa de Contratos de Gestão com Organizações Sociais na educação básica de Goiás. Os resultados do estudo apontam para as consequências do Programa, apesar de sua não implementação.

Em "**Avaliação da Trajetória Institucional do Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Ceará**", Márcia Monalisa de Moraes Sousa Garcia e Alcides Fernando Gussi têm como objeto o programa federal para o ensino superior. Partem das percepções de gestores da UFC para analisar, da perspectiva local, as interpretações sobre o programa e seu potencial para a internacionalização da instituição. Seguindo uma perspectiva hermenêutica de análise de políticas públicas, os autores apontam distintas representações do CsF na UFC, as tensões que envolvem a gestão do ensino superior no Brasil e como os resultados do programa podem afirmar a educação superior como um direito e um bem público.

Alexandre Bortolini e Cláudia Pereira Vianna fecham este bloco com o artigo "**Política de educação em gênero e diversidade sexual: histórico e presente da experiência brasileira**". Em um estudo de matriz pós-estruturalista, os autores analisam as dinâmicas político-discursivas que marcaram tanto a produção da política quanto a sistemática reação que se lançou sobre ela. Aproximam o leitor dos diferentes contextos que envolveram as políticas que demarcaram o debate sobre gênero e diversidade sexual na educação.

O próximo bloco agrega três artigos que têm como objeto a implementação de políticas no/para o Ensino Médio. O primeiro deles, de Sofia Lerche Vieira, Rejane Bezerra e Eloisa Maia Vidal tem como título "**Desafios de implementação e Reforma no Ensino Médio: o caso do Ceará**". As autoras analisam a oferta do ensino médio no estado, em seus três principais tipos: ensino médio regular, ensino médio integrado à educação profissional e ensino médio em tempo integral. A partir dos dados das matrículas nesta etapa da educação básica, são analisados os desafios para a implementação da Reforma do Ensino Médio em um contexto diverso e desigual.

Alicia Bonamino, Nathacha Monteiro Ferreira e Naira Muylaert também desenvolvem uma pesquisa sobre a implementação da Reforma do Ensino Médio, porém, tendo como campo, o estado do Mato Grosso. Os resultados do estudo, que utilizou como lente de análise o modelo Ambiguidade e Conflito, de Matland, são apresentados no artigo "**Aspectos iniciais da implementação do Novo Ensino Médio no estado de Mato Grosso**". As autoras destacam, sobretudo, o percurso de natureza mais incremental e experimental da reforma do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso e a dependência estadual do apoio técnico e financeiro da União.

Fechamos este bloco com o artigo "**Política educacional para o Ensino Médio: o projeto "Escola Plena" no contexto mato-grossense**", que focalizou a mesma etapa da educação básica - o ensino médio e o mesmo contexto local - o estado do Mato Grosso. Érico Ricard Lima Cavalcante Mota, Ana Lara Casagrande e Katia Morosov Alonso, contudo, voltam seu olhar para a ampliação da jornada escolar nas reformas do ensino médio, mais especificamente, o Projeto "Escolas Plenas". A partir dos dados coletados em um estudo de caso, os autores apontaram para a tendência de uma responsabilização dos alunos por seu recurso formativo, minimizando as condições extra escolares relacionadas ao processo de implementação.

Passamos, em seguida, a um bloco de seis artigos que apresentam estudos sobre as estratégias de implementação utilizadas por diferentes atores escolares na entrega das políticas educacionais. Abrindo a conversa, o artigo "**Implementação como espaço de (re)produção**

de desigualdades: investigando a política de correção de fluxo no Rio de Janeiro", de Marina Meira, Maria de Fátima Magalhães de Lima e João Carlos Gino. Os autores utilizam dados de pesquisas sobre a política de correção de fluxo da rede municipal do Rio de Janeiro destacando como os agentes escolares utilizavam práticas de categorização e julgamento dos alunos na implementação da política, estratégias que teriam impacto relevante para sua trajetória escolar, como mostraram os dados.

Em seguida, Ryna Oliveira, Ana Pires do Prado e Rodrigo Rosistolato discutem o uso da discricionariedade dos gestores dos órgãos intermediários da secretaria de educação e dos diretores escolares nos procedimentos de matrícula. No artigo, intitulado **"Do banquinho ao caderninho: discricionariedade e estigma nos procedimentos de matrícula em escolas cariocas"**, os autores discutem, a partir dos dados de pesquisa qualitativa, como as estratégias analisadas reforçam a produção e reprodução de estigmas nas escolas e contribuem para o cenário de desigualdade educacional.

Ainda no mesmo campo, Ana Cristina Prado Oliveira, Deisilucy de Aragão Fernandes Sequeira e Luan Felipe Xavier Gomes analisam a implementação de uma política de ampliação da jornada escolar a partir das percepções narradas por burocratas que atuam em diferentes níveis. O artigo **"A implementação do Turno Único no Rio de Janeiro: interação e discricionariedade dos agentes"** aponta para as características contextuais e contingenciais que perpassam os diferentes níveis da burocracia e que permeiam as interações e tomadas de decisão na implementação da política.

Em seguida, temos o artigo **"Implementação do ensino remoto: percepções dos professores e das famílias na educação infantil"**, de Mariane Campelo Koslinski, Rosa Seleta de Souza Ferreira Xavier e Thiago Bartholo. Os autores investigaram, na rede municipal de Sobral/CE, a implementação de atividades remotas na educação infantil durante o período da pandemia de Covid-19. Considerando as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação para o ensino remoto, foram analisadas as estratégias adotadas pelos professores e as percepções dos usuários - as famílias das crianças atendidas.

Alexsandro do Nascimento Santos e Rodnei Pereira apresentam uma pesquisa sobre o papel dos diretores escolares na implementação de uma política educacional para inclusão. No artigo, **"Diretores de escola na implementação das políticas de educação especial inclusiva em um município da região metropolitana de São Paulo"**, os autores discutem as crenças, compreensões e grau de adesão destes profissionais em relação à política de educação especial

inclusiva. A análise descritiva dos dados do Saeb destacou as percepções dos diretores sobre este atendimento, apontando importantes subsídios para a agenda política local.

O artigo "**Contexto de implementação do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Paic)**", de Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz, Vanda Mendes Ribeiro e José Marques Batista fecha este bloco. Os autores analisam o contexto político, institucional e econômico da implementação do Paic no Ceará. Os dados, que incluem entrevistas com 40 dirigentes e agentes implementadores do Programa, apontam, por exemplo, no contexto institucional, a ampliação da capacidade estatal com burocratização, aproveitamento de lideranças e da experiência de agentes e distribuição do conhecimento adquirido como meio de incrementar a política.

Os dois últimos artigos do dossiê apresentam resultados de pesquisas internacionais sobre a implementação de políticas educacionais. No primeiro deles, "**A implementação da política cultural e educacional alemã para o exterior: As escolas alemãs na América Latina**", Paulo de Carvalho Junior, Cynthia Paes de Carvalho e Anne Schippling destacam como o contexto latino-americano incide no processo de implementação da Política Cultural e Educacional da Alemanha para os casos de instalação de Escolas Alemãs nesta região. A política internacional é analisada a partir da noção de ambiguidade da política (Matland) e dos espaços de maleabilidade que comporta nos contextos locais.

E, em seguida, Haydeé Liliana Vera Rojas e Antonia Almeida Silva discutem a municipalização educacional no Perú, encerrando o dossiê com o artigo "**Modernidade truncada e descentralização da gestão educacional no Peru: aspectos da implementação da municipalização (2006-2011)**". Mobilizando os conceitos de modernização e descentralização, as autoras analisam a implementação do Plano de Municipalização da Gestão Educativa e Delineamentos do Plano Piloto, instituído em 2007 naquele país. A análise documental empreendida leva as autoras a questionarem os conceitos de modernidade, descentralização e autonomia trazidos pela política.

Considerações finais

As instituições escolares e os outros equipamentos públicos têm dinâmicas próprias, que vão além do que os manuais de planejamento organizacional prescrevem. As(os) profissionais da educação têm convivido com políticas e programas que têm afetado a configuração de suas rotinas e o escopo de sua atuação, foco desse número especial da Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.

Ao deslocar o olhar para os aspectos burocráticos, para os processos micropolíticos e para as relações estabelecidas entre os grupos e atores no interior desses espaços e para as dinâmicas que se dão em outros níveis de governo, responsáveis pela gestão das escolas e das políticas, os artigos, em seu conjunto, estabelecem uma interlocução entre os campos da Ciência Política, da Sociologia, da Antropologia, da Administração Pública e da Educação. Nesse esforço, discutem/analisa/avaliam a(s) temática(s) caras à essa agenda de pesquisa que pretendemos incidir: as trajetórias, os contextos, os arranjos institucionais, as capacidades estatais, as práticas e as estratégias associadas a provisão dos bens e serviços, a atuação das(os) burocratas e das burocracias em suas diversas instâncias e os efeitos da implementação.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BALL, S.; BOWE, R. Subject departments and the 'implementation' of national curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0022027920240201?journalCode=tcus20>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BONAMINO, A.; FERREIRA, N. M.; MUYLAERT, N. Aspectos iniciais da implementação do novo ensino médio no estado de Mato Grosso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2254-2272, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16620>

BORTOLINI, A.; VIANNA, C. P. Política de Educação em gênero e diversidade sexual: Histórico e presente da experiência Brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2215-2234, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16691>

BRAVO, M. H. A.; ALAVARSE, O. M. Burocracia de Médio Escalão e avaliação educacional: Relações entre iniciativas do estado do Ceará e do governo federal. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2158-2176, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16694>

CARVALHO JUNIOR, P.; PAES DE CARVALHO, C.; SCHIPPLING, A. A implementação da política cultural e educacional alemã para o exterior: As escolas alemãs na América Latina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2433-2455, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16591>

CRUZ, M. C. M. T.; RIBEIRO, V. M.; BATISTA, J. M. Contexto de implementação do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2405-2432, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16719>

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KwfgQdCrtDXgxRjDGgZPYjc/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

GARCIA, M. M. M. S.; GUSSI, A. F. Avaliação da trajetória institucional do programa ciência sem fronteiras na universidade federal do Ceará. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2194-2214, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16579>

HILL, M.; HUPE, P. **Implementing Public Policy**. 3. ed. London: Sage, 2014.

JANNUZZI, P. A implementação no centro da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Aval**, v. 2, n. 16, p. 64-81, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49662>. Acesso em: 11 jan. 2022.

KOSLINSKI, C. M.; XAVIER, R. S. S. F.; BARTHOLO, L. T. Implementação do ensino remoto: Percepções dos professores e das famílias na Educação Infantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2365-2385, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16723>

LERCHE, S.; BEZERRA, R.; VIDAL, E. M. Desafios de implementação e reforma no ensino médio: O caso do Ceará. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2237-2255, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16608>

MEIRA, M.; LIMA, M. F. M.; GINO, J. C. Implementação de políticas como espaço de (RE)produção de desigualdades: Investigando a política de correção de fluxo no Rio de Janeiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2386-2404, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16687>

MELO, Y. M.; GOMES, S. A implementação do Proinfância sob a ótica das relações intergovernamentais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2118-2138, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16621>

MOTA, E. R. L. C.; CASAGRANDE, A. L.; ALONSO, K. M. Política educacional para o Ensino Médio: o Projeto “Escola Plena” no contexto Mato-Grossense. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2273-2293, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16728>

NAZARETH, H. D. G. A (não) implementação de escolas charter em Goiás: Uma análise da tentativa de implementação de um programa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em**

Educação, v. 17, n. esp. 3, p. 2177-2193, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16624>

OLIVEIRA, A. C. P.; SEQUEIRA, D. A. F.; GOMES, L. F. Z. A implementação do Turno Único no Rio de Janeiro: Interação e discricionariedade dos agentes. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2343-2364, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16732>

OLIVEIRA, B. A implementação de políticas educacionais no nível micro: Uma análise a partir dos profissionais da escola no contexto da prática. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12972>. Acesso em: 15 fev. 2022.

OLIVEIRA, B. *et al.* Evaluation of the implementation of the Remote Education Program in Minas Gerais during the pandemic: What do users say? **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, p. 86, 2022. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7112>. Acesso em: 10 fev. 2022.

OLIVEIRA, B. R.; ALVES, M. M. F.; FICHTER FILHO, G. A. Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas: Aportes teóricos para o campo da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2095-2117, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16722>

OLIVEIRA, B.; PEIXOTO, M. C. Street-level bureaucracy and public policies: Analyzing educational policy implementation from the perspective of schools and teachers. **Educação em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6ynS4N65GyYkQYxZGYymHJC/abstract/?lang=en>. Acesso em: 12 fev. 2022.

OLIVEIRA, R.; PRADO, A. P.; ROSISTOLATO, R. Do banquinho ao caderninho: Discricionariedade e estigma nos procedimentos de matrícula em escolas cariocas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2322-2342, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16692>

PAZOLINI, M.; ARAUJO, G. C. Relações intergovernamentais na implementação do programa brasil profissionalizado: O caso da Bahia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2139-2157, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16695>

ROJAS, H. L. V.; SILVA, A. A. Modernidad trunca y descentralización de la gestión educativa en Perú: Aspectos de la implementación de la municipalización (2006-2011). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2456-2475, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16622>

SANTOS, A. N.; PEREIRA, R. Diretores de escola na implementação das políticas de educação especial inclusiva em um município da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. esp. 3, p. 2386-2404, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16688>

Como referenciar este artigo

OLIVEIRA, B. R.; OLIVEIRA, A. C. P. Dossiê: Implementação de políticas educacionais no contexto Ibero-Americano. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2082-2094, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.17557>

Submetido em: 18/03/2022

Revisões requeridas: 05/06/2022

Aprovado em: 10/09/2022

Publicado em: 30/11/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

